

## Suassuna se diz traído por ex-assessor

Ao fim do depoimento de quase quatro horas do senador, o relator Jefferson Péres diz já ter opinião formada sobre o processo

O senador Ney Suassuna prestou depoimento de quase quatro horas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Negou qualquer participação na chamada máfia das ambulâncias e se disse traído por seu ex-assessor Marcelo Cardoso Carvalho. Ao fim do depoimento, o relator do processo, Jefferson Péres, afirmou que o conselho não julga crimes, mas quebra de

decoro. Enquanto Jefferson anunciou ter opinião formada a respeito do caso, Demostenes Torres disse que o processo envolvendo Magno Malta tem muitos “pontos obscuros”. Paulo Octávio, relator do processo contra Serys Slhessarenko, conduziu a acareação entre o genro da senadora, Paulo Roberto Ribeiro, e um dos sócios da Planam, Luiz Antônio Vedoin. **Páginas 3 e 4**



Suassuna (D), observado por Jefferson (de costas) e João Alberto, dá sua versão ao Conselho de Ética do Senado



Paulo Roberto (E), Vedoin, João Alberto, Paulo Octávio e Ivo Marcelo no Conselho de Ética: acareação não trouxe novidades

## Senadores querem voto aberto em todas as decisões

Dois senadores se manifestaram a favor do voto aberto em todas as decisões do Legislativo: Paulo Paim e Almeida Lima discordaram de proposta aprovada pela Comissão de Justiça que mantém o voto secreto no exame de vetos presidenciais e de indicações de autoridades. Eles acreditam que o voto aberto traz mais transparência. **Página 5**

## Interlegis colabora com assembléia de Guiné-Bissau

O Interlegis lançou ontem, em parceria com a organização não-governamental (ONG) norte-americana Instituto Democrático Nacional, o projeto-piloto de um portal legislativo para a Assembléia

Popular de Guiné-Bissau.

Em reunião na Primeira Secretaria do Senado, com a presença do senador Efraim Morais (PFL-PB), o presidente do Conselho Administrativo da Assembléia de Guiné, Manoel Cerifo Nhamanjo, explicou que são grandes as expectativas em relação ao portal. “Queremos permitir que todas as pessoas acompanhem as atividades diárias do Parlamento”, disse.



Manoel Nhamanjo, Efraim e Agaciel: parceria para criar portal legislativo de Guiné-Bissau

## Efraim propõe 13º para quem recebe o Bolsa Família

A fim de demonstrar que os partidos de oposição não pretendem acabar com o Bolsa Família, o senador Efraim Morais propôs uma gratificação natalina – espécie de 13º salário – para os beneficiários do programa. **Página 4**

Aprovadas na Câmara, medidas provisórias chegam ao Senado com preferência de votação sobre os demais projetos, inclusive três que tramitam em regime de urgência



Entre as matérias em exame no Plenário estão propostas de mudanças na estrutura e na remuneração de cargos do serviço público

## Retorno às votações, em outubro, tem agenda trancada por 17 MPs

Aprovadas pela Câmara dos Deputados no último dia 4 – durante o segundo período de esforço concentrado do Congresso –, 17 medidas provisórias (MPs) foram enviadas ao Senado, onde chegam trancando a pauta de deliberações do Plenário. Essas MPs têm preferência de votação em relação às demais matérias, inclusive as que estão em regime de urgência na agenda da sessão de 3 de outubro, data em que será retomado o processo deliberativo na Casa.

Dessas 17 MPs, dez tratam da reestruturação e da remuneração de diversas carreiras do serviço público. É o caso da MP 296/06, que define cargos e funções gratificadas em universidades e centros federais de educação profissional e tecnológica; da MP

305/06, que trata da remuneração de cargos de procurador da Fazenda Nacional, de advogado da União, de procurador e defensor público federal e do procurador do Banco Central; e das MPs 306, 307 e 308/06, relativas a vencimentos dos militares das Forças Armadas, de policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, além de delegados e policiais civis do DF.

Quatro créditos extraordinários também estão entre as medidas provisórias. A MP 298/06 abre crédito de R\$ 1 bilhão para comercialização de produtos agropecuários; a MP 299/06 estabelece crédito extraordinário de R\$ 925.459.839 em favor da Justiça Eleitoral e de outros órgãos do Executivo; e as MPs 310 e 311, ambas de 2006, estipulam

crédito em favor, respectivamente, da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (R\$ 14,8 milhões) e dos ministérios da Justiça e da Integração Nacional (R\$ 208 milhões).

### Urgência

As três proposições que tramitam em regime de urgência e devem ser apreciadas após a votação das MPs são: o PLC 100/06 – Complementar, que dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; o PLS 68/06, que mantém, por mais dez anos, a suspensão do direito de as empresas reivindicarem o ressarcimento de crédito do ICMS junto aos estados; e o PLC 85/05, que trata da criação de cargos no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

## Página do Senado na internet amplia acesso ao trabalho da Casa

O Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), atendendo a prioridades definidas pelo presidente Renan Calheiros, implantou uma série de inovações tecnológicas para dar maior transparência e agilidade aos serviços disponíveis no *site* da Casa.

Entre as melhorias implantadas está o projeto de modernização da taquigrafia, resultado de convênio entre o Prodasen e a Câmara; a adoção do *software* livre Nagios, por meio do qual é possível monitorar e prevenir a ocorrência de problemas; e a expansão da rede *wireless* (sem fio), que servirá como mais uma opção aos gabinetes e às comissões para agilizar

a troca de informações.

A modernização da taquigrafia ocorreu com o desenvolvimento dos sistemas Sitaq (Sistema de Taquigrafia), implantado em maio, e Sisaudio (Sistema de Áudio), em junho. Texto e áudio podem ser consultados no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp>

A mudança possibilitou a divulgação dos discursos dos senadores pouco depois de terem sido proferidos. A diretora da Secretaria de Taquigrafia, Denise Baêre, ressalta que “a iniciativa do Prodasen garantiu celeridade do nosso processo de trabalho”.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão do Plenário às 14h

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Roberto Saturnino (PT-RJ), Almeida Lima (PMDB-SE) e Efraim Morais (PFL-PB) estão inscritos para discursar na sessão de hoje, às 14h, que será não-deliberativa. Os pronunciamentos e comunicados da Mesa podem ser acompanhados em tempo real por meio da Rádio, da TV Senado e da Agência Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)).

### Exposição alerta para maus-tratos a animais

Pode ser visitada até amanhã a mostra *Animais em Foco*, na Senado Galeria, realizada em parceria com a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA). A exposição apresenta o trabalho que vem sendo realizado pela organização não-governamental WSPA ao redor do mundo, com o propósito de conscientizar para um tratamento mais digno aos animais.

### Visitas pelo Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa. Os passeios começam pelo Salão Negro e incluem visita ao Plenário. Mais informações pelo telefone (61) 3311-3388.

### Software livre

O Interlegis vai participar, na sexta-feira, do 1º Seminário de Padrões e Softwares Livres, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O evento tem por objetivo sensibilizar os agentes públicos para a adoção do *software* livre.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim e Marcos Guerra

Enquanto Jefferson se diz pronto para dar parecer ao processo contra Suassuna, Demostenes deseja esclarecer partes confusas na denúncia sobre Malta



Demostenes (D), João Alberto e Jefferson acompanham depoimento de Hazenclever (E)

## Demostenes se concentra em esclarecer pontos obscuros

O relator do processo contra o senador Magno Malta (PL-ES) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Demostenes Torres (PFL-GO), disse ontem que há ainda uma série de “pontos obscuros” nas investigações sobre o suposto envolvimento do parlamentar capixaba com a máfia das ambulâncias. Demostenes mencionou especialmente a utilização por Malta de uma van da Planam, empresa líder do esquema, e a atuação do chefe de gabinete do senador, Hazenclever Lopes Cançado.

– Há uma bolha que é preciso estourar, a fim de que cheguemos à verdade – afirmou o senador depois da reunião do conselho, na qual foram ouvidos o próprio Hazenclever e o empresário de Mato Grosso José Luiz Cardoso, em nome de quem o veículo ficou registrado entre 2002 e 2003.

Demostenes, que é procurador de Justiça licenciado, descreveu o que chamou de “bolha”: Malta afirma que não tem ligações com a Planam e não apresentou emendas visando à destinação de recursos para a compra de ambulâncias por prefeituras. A van teria sido um empréstimo do deputado Lino Rossi (PP-MT), amigo do senador, e não o pagamento por emendas.

Organizando o resultado de depoimentos e diligências, Demostenes chegou a um “encadeamento muito estranho”: a van, adquirida pela Planam de uma concessionária em Cuiabá, foi colocada a princípio em nome de Lino Rossi. Este, como informou ao conselho, vendeu-a a uma empresa de *factoring*, por R\$ 50 mil, para superar dificuldades financeiras. A *factoring*, por sua vez, vendeu o veículo a José Luiz Cardoso, que pagou pela van apenas R\$ 20 mil. Em seguida,

o carro voltou ao poder da *factoring*, continuando em nome de Cardoso. A essa altura, Rossi quis o carro novamente, e foi atendido, mas os documentos continuaram em nome de Cardoso. O carro foi usado por Malta entre 2002 e 2003, e depois devolvido a Rossi, que, em abril deste ano, pediu a Cardoso que o transferisse para o nome de Kerle Batistel, cuja identidade e até mesmo a grafia do nome é ainda desconhecida.

Demostenes diz querer saber por que o recibo de devolução do carro apresentado por Malta veio em branco e por que os R\$ 50 mil foram transferidos a Rossi por meio de cheque da EPP, supostamente uma empresa “laranja”. Uma das diligências do conselho será solicitar ao Banco Central o rastreamento do cheque e ao Detran o roteiro das transferências de propriedade da van.

### Enriquecimento

Hazenclever Lopes Cançado foi denunciado ao Conselho de Ética por enriquecimento ilícito. O nome do denunciante não foi revelado por Demostenes, mas seria alguém bastante próximo ao chefe de gabinete de Malta.

Demostenes disse estranhar o fato de Hazenclever ter conseguido montar um curso de ensino a distância, responsável por retransmitir programas de algumas faculdades. Técnico em contabilidade e estudante de Direito, Hazenclever afirmou ter usado recursos amealhados durante uma atribulada vida profissional para montar o curso, que, no entanto, está no nome da esposa e das duas filhas, uma das quais emancipada aos 17 anos para assumir sua cota na sociedade.

– O padrão de enriquecimento dele parece incompatível com sua trajetória profissional – observou Demostenes.

# Suassuna nega acusação e diz ter sido traído por ex-assessor

Em depoimento de quase quatro horas no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que se sente traído pelo seu ex-assessor Marcelo Cardoso Carvalho, citado como seu testa-de-ferro nas negociações com a família Vedoin, proprietária da Planam, empresa apontada como a principal organizadora da chamada máfia das ambulâncias. Suassuna negou todas as acusações de envolvimento com o esquema de fraudes e afirmou que jamais teve qualquer tipo de contato com o grupo que utilizava irregularmente recursos do Orçamento para a compra de ambulâncias a preços superfaturados.

Ao negar que tivesse assinado um ofício enviado ao Ministério da Saúde solicitando a transferência de recursos extra-orçamentários destinados originalmente ao seu estado, a Paraíba, para uma instituição no Rio de Janeiro, Suassuna informou que a falsificação da sua assinatura havia sido feita por duas funcionárias de seu gabinete, a pedido de Carvalho.

– Elas confessaram a falsificação, mas agiram de boa-fé, porque Marcelo havia dito que era urgente e que eu sabia – observou Suassuna, que, em seguida, passou às mãos do relator de seu processo disciplinar, Jefferson Péres (PDT-AM), laudo grafotécnico que comprovaria não ser dele a assinatura no ofício.

Jefferson estranhou o fato de o senador pela Paraíba não ter exigido investigação mais profunda sobre a falsificação assim que tomou conhecimento do fato. Suassuna explicou que, na ocasião, pediu que Marcelo tomasse



Jefferson (de costas) ouve explicações de Suassuna: quase quatro horas de depoimento

as providências para esclarecer a situação. Mais tarde, seu então assessor havia garantido que tudo não passava de um equívoco e que não era, portanto, para o senador se preocupar.

### Ambulâncias

Acompanhado pelos três filhos – Diego, Rodrigo e Fabrício – e pela ex-esposa Tânia, Suassuna também esclareceu que sempre fez emendas ao Orçamento visando a compra de ambulâncias para municípios mais pobres da Paraíba porque as prefeituras careciam de veículos adequados ao transporte de doentes para hospitais das grandes cidades. Ele ressaltou ainda que chegou a pagar com recursos próprios a compra ou reforma de 82 ambulâncias e que outras 29 foram adquiridas por meio de emendas ao Orçamento da União.

– Dessas 29 ambulâncias, somente 14 foram compradas da Planam e, dessas, 11 foram doadas a prefeituras adversárias [de partidos adversários]. Para quem já chegou a comprar 82 do próprio bolso, por que razão eu me sujaria por causa de 14 ambulâncias?

– questionou Suassuna.

O senador declarou ainda que chegou a ouvir do próprio relator da CPI dos Sanguessugas, Amir Lando (PMDB-RO), que ele (Lando) não havia encontrado prova do envolvimento de Suassuna com o esquema de fraudes, mas que a pressão para incluir o nome do parlamentar paraibano no relatório da comissão era muito grande.

Suassuna afirmou que poderá fazer denúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados contra o presidente da CPI dos Sanguessugas, Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ). A sugestão foi dada por Jefferson Péres depois que Suassuna disse que o deputado havia mentido a seu respeito.

Biscaia assegurou que Suassuna havia perguntado se ele não sabia que 90% dos parlamentares tiravam uma “beirada” das emendas ao Orçamento que elaboravam para destinar recursos a determinadas áreas. Conforme Suassuna, jamais houve tal comentário e Biscaia estaria tirando proveito político da CPI Mista.

## “Conselho não julga crime, mas quebra de decoro”

Após o depoimento de Ney Suassuna, o senador Jefferson Péres, relator do processo disciplinar contra o parlamentar paraibano, afirmou que já tem opinião formada e poderia apresentar seu relatório imediatamente, pois, segundo ele, a oitiva de Suassuna não trouxe novidades.

Jefferson observou que, para elaborar o relatório, consultou documentos, ouviu testemunhas e apreciou todo o comportamento de Suassuna, não apenas em rela-

ção à prática de ilícitos penais. Ele ressaltou que pode haver quebra de decoro sem que o parlamentar pratique ilícito penal.

– Vamos julgar é se houve ou não quebra de decoro, e não se houve ilícito penal. Não estou absolvendo o senador por todo o comportamento dele. Devo deixar claro que um parlamentar, por ações ou omissões, pode ter cometido falta de decoro sem, necessariamente, ter praticado ilícito. Não é preciso cometer

ilícito penal para quebrar o decoro. Um senador pode ter comportamento indecoroso por muitas outras ações ou omissões que ele praticou – explicou.

Na opinião do relator, não há comprovação nem indício de que o senador Ney Suassuna tenha cometido o ilícito penal de recebimento de propina envolvendo venda superfaturada de ambulâncias com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento.

Geraldo Magela



Paulo Octávio (ao microfone) e João Alberto (C) ouvem Paulo Roberto, Luiz Vedoin e Ivo Rosa

## Acareação não esclarece divergência entre Luiz Vedoin e genro de Serys

A acareação entre Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio da empresa Planam, e Paulo Roberto Ribeiro, genro da senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), realizada ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, não alterou as divergências entre os depoentes. Além deles, participou da acareação Ivo Marcelo Spínola da Rosa, cunhado de Vedoin e funcionário da Planam.

Luiz Vedoin reiterou que havia entregue R\$ 35 mil em dinheiro a Paulo Roberto em troca da liberação de emendas, de autoria da senadora Serys, ao Orçamento da União, as quais permitiriam a prefeituras de Mato Grosso adquirir ambulâncias. Já Paulo Roberto voltou a negar essa acusação, afirmando que manteve apenas relações comerciais com a Planam. O genro de Serys repetiu que recebera um cheque de aproximadamente R\$ 37.200 de Ivo Marcelo, como pagamento pela entrega de equipamentos médicos à empresa. Ivo Marcelo Rosa negou que isso tivesse ocorrido, e declarou que nunca tratou de negócios com Paulo Roberto.

Vedoin disse não se lembrar desse cheque, mas não negou sua existência.

– Se o cheque existe, foi para antecipar pagamento de comissão [pela apresentação de emendas ao Orçamento] e não devido a transações comerciais – declarou.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo disciplinar

contra Serys, observou que “há fragilidades em ambas as versões”. O parlamentar ressaltou que, por um lado, a explicação dada por Paulo Roberto apresenta problemas, pois o genro da senadora não exibiu notas fiscais que comprovassem a transação comercial e atestassem a entrega dos equipamentos à Planam. Por outro lado, Paulo Octávio destacou que “é estranho que Vedoin tenha feito o pagamento antecipado de comissões sem ter certeza da liberação das emendas” e que, “apesar da precisão cirúrgica de sua memória, não foi capaz de se lembrar do cheque”.

### Negativa

Paulo Roberto negou qualquer envolvimento com as emendas apresentadas por Serys, e informou que nunca se apresentou à Planam como representante da senadora. Vedoin, por sua vez, declarou que nunca manteve contato com a parlamentar, mas que acreditava que o genro a representava.

– O nome de Serys foi poupado por todos – afirmou Paulo Octávio.

O genro da senadora ainda narrou que foi ameaçado, via telefone, por Darci Vedoin, pai e sócio de Luiz Vedoin, por participar de licitação de equipamentos médicos em um município de Mato Grosso. A ligação teria sido feita no final de 2004.

Paulo Octávio disse que será necessária a quebra dos sigilos bancário e telefônico dos depoentes “para descobrir a verdade”.

Proposta do senador, lida ontem em Plenário, estabelece o pagamento de “uma espécie de 13º salário” a ser feito a partir de janeiro do ano seguinte ao da aprovação da lei

## Efraim quer gratificação de Natal para o Bolsa Família

Em pronunciamento feito ontem, o senador Efraim Morais (PFL-PB) comunicou ter apresentado projeto que cria a gratificação de Natal do programa Bolsa Família – “uma espécie de 13º salário”. Segundo ele, sua iniciativa é uma prova de que os partidos de oposição não pretendem acabar com o programa caso um de seus candidatos seja eleito presidente da República. O senador acusou petistas e aliados de espalharem no Nordeste “esta mentira do fim do Bolsa Família”.

A proposta estabelece que o pagamento ocorrerá a partir de janeiro do ano seguinte ao da aprovação da lei. Efraim anunciou a coleta de assinaturas de todos os líderes partidários,



Para Efraim, iniciativa prova que oposição não quer o fim do programa

inclusive governistas, para que a matéria seja votada em regime de urgência, ainda neste ano.

O projeto modifica a legislação que criou o Bolsa Família (Lei 10.836/04) e determina que a lei orçamentária deve conter a previsão do novo gasto. Conforme

notícias da imprensa, o governo está gastando atualmente cerca de R\$ 8 bilhões por ano com o programa, que beneficia aproximadamente 11 milhões de famílias. Assim, o 13º pagamento do Bolsa Família custaria por ano perto de R\$ 670 milhões.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) desmentiu que, se eleita para a Presidência da República, tenha a intenção de pôr fim ao programa.

Pouco depois do discurso de Efraim Morais, que foi cumprimentado por Almeida Lima (PMDB-SE), o senador Marcos Guerra (PSDB-ES), que presidia a sessão, leu o projeto em Plenário e o encaminhou à Comissão de Assuntos Sociais, para uma primeira análise.

## Heráclito: PT não tem compromisso com a ética e engana o trabalhador

Depois de enumerar denúncias veiculadas pela imprensa envolvendo o PT e membros do governo federal, e de citar casos como o da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) concluiu que o partido “não tem compromisso com a ética nem com a moralidade pública e enganou o trabalhador brasileiro durante 20 anos”.

O fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estar dividindo o mesmo palanque com deputados acusados de terem recebido mensalidade e de o PT não ter punido nenhum deles, afirmou, demonstra as mudanças no partido. O senador lembrou que,

há quatro anos, o então candidato Lula dizia que não convivia com ladrão nem com a corrupção.

Para Heráclito, o primeiro e grande erro cometido pelo PT foi tentar abafar o escândalo Waldomiro Diniz, quando o então assessor da Casa Civil foi acusado de negociar com bicheiros o favorecimento em concorrências em troca de contribuições para campanhas eleitorais.

– Eu me penitencio nesse caso, pois quando a oposição quis instalar a CPI do Waldomiro eu atendi ao apelo do governo para não assinar o requerimento da criação da comissão de inquérito em virtude de o momento ser inconveniente – disse.



Heráclito se diz arrependido por não ter apoiado criação da CPI do Waldomiro

Em aparte, Efraim Morais (PFL-PB) defendeu a instalação de uma CPI para investigar denúncias de favorecimento na liberação de emendas para prefeituras ligadas a parlamentares que apóiam o governo. Sibá Machado (PT-AC) rebateu as acusações e garantiu que o critério da distribuição de recursos orçamentários é o mesmo para todos os estados e municípios.

Roosevelt Pinheiro



Ibama constatou o cumprimento de exigências ambientais, afirma Sibá

## Sibá comemora licença ambiental para hidrelétricas no rio Madeira

O senador Sibá Machado (PT-AC) registrou ontem em Plenário a aprovação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do estudo de impacto ambiental relativo ao Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, em Rondônia. Ele lembrou que pendências no projeto de construção

das usinas de Santo Antônio e Girau se arrastavam há anos, informando que só agora o Ibama constatou o cumprimento das exigências feitas em relação à questão ambiental e aos interesses das comunidades locais.

Segundo Sibá, a obra está orçada em R\$ 20 bilhões e deve levar de seis a oito anos para ser

concluída. A capacidade de geração de energia das duas usinas, conforme acrescentou, é superior a 6 mil megawatts. Sua expectativa é que, resolvidas ainda pendências relativas à usina de Belo Monte e a gasodutos, a região amazônica possa disponibilizar entre 11 mil e 12 mil megawatts novos na próxima década.

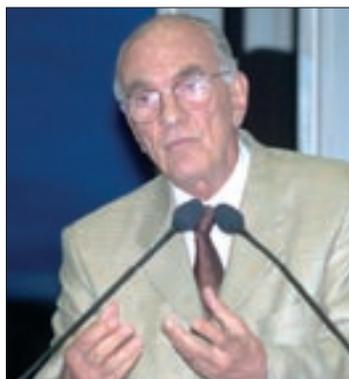
Após destacar o empreendimento no rio Madeira, Sibá Machado reivindicou oportunidades de desenvolvimento para o Acre. Ele anunciou que irá apelar ao Supremo Tribunal Federal pela revisão de decisão que resultou na retirada da Ponta do Abunã do território acreano, anexado ao estado de Rondônia.

## Saturnino vê fatores promissores para a economia do Rio de Janeiro

Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que o Rio de Janeiro já acumula uma série de fatores positivos e promissores que poderão tirar o estado “do fundo do poço”. O senador responsabilizou a transferência da capital do país para Brasília e os oito anos de governo do casal Anthony e Rosinha Garotinho pela “decadência econômica e cultural que assolou o Rio de Janeiro”.

Ele listou uma série de motivos que o fazem crer numa recuperação, como os investimentos da Petrobras na bacia de Campos e do governo de Lula na área social. Ele também citou vários projetos que, em sua opinião, vão alavancar a economia. Entre eles, a nova planta siderúrgica, que contará com capitais nacionais e alemães; a refinaria petroquímica de Itaboraí; a ampliação e dragagem do porto de Itaguaí e o acesso pela BR-493; o pólo metal-mecânico de Barra Mansa; e a recuperação da indústria naval.

Para Saturnino, o fato de esses investimentos estarem sendo feitos no interior do estado vai contribuir para diminuir o “in-



Saturnino espera o fim da “decadência econômica e cultural que assola o estado”

chaço populacional” da capital. Além disso, prosseguiu, os novos aportes vão aumentar a receita dos governos municipais e estadual.

– Espero que o próximo governo não sabote a Petrobras, dê atenção às universidades estaduais, aceite a parceria com o governo federal para combater a violência, tenha sensibilidade para o turismo cultural, cuide da agricultura e do reflorestamento e dê atenção à produção de biodiesel. Com isso, podemos desmentir esse pensamento pessimista de que o Rio de Janeiro está acabando – concluiu.

## Paulo Octávio registra 104 anos do nascimento de Juscelino Kubitschek

Paulo Octávio (PFL-DF) homenageou ontem a memória do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, falecido em 1976, pela passagem de seu 104º aniversário. O senador informou que a data foi lembrada em cerimônia realizada em Diamantina (MG), cidade natal de JK, às 14h, com discurso do governador de Minas Gerais, Aécio Neves, reproduzido parcialmente por Paulo Octávio em Plenário.

– Foi uma bela cerimônia em que 200 brasileiros, através do Conselho JK, receberam comendas e homenagens – destacou.

Ele salientou que Juscelino é uma referência na política brasileira. Traçando um paralelo com o discurso anterior feito pelo colega de partido, senador Efraim Moraes (PB), Paulo Octávio disse que falta ao Brasil um plano de metas como há 50 anos, referindo-se ao governo JK.

– Passaram-se 50 anos e não temos planos para o Brasil – lamentou.

O senador enfatizou ainda ser necessário, no Brasil de hoje, que se busque inspiração no legado de JK valendo-se de, nas palavras do governador de Minas, “um



Paulo Octávio: falta ao Brasil um plano de metas como o que fez JK há 50 anos

sentido de unidade e convergência”, para obter a inclusão dos mais pobres e combater, entre outros problemas, “a corrupção, o analfabetismo, a desigualdade e a concentração de renda e tornar reais os sonhos de todos os brasileiros, como fez Juscelino”.

Segundo Paulo Octávio, Aécio ressaltou também que, embora JK tivesse vivido no exterior e estudado filosofia, teria construído o eixo de sua personalidade “no convívio com os amigos e familiares no interior de Minas”, e comparou JK a Getúlio Vargas em sua capacidade de suportar pressões políticas contrárias a sua permanência no poder.

Paulo Paim e Almeida Lima sustentam que somente abolindo o voto secreto os parlamentares poderão prestar contas devidamente de suas decisões aos seus eleitores

## Em defesa do voto aberto para todas as decisões do Congresso

O voto aberto como forma de aumentar a transparência no exercício da atividade parlamentar foi defendido ontem pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Almeida Lima (PMDB-SE).

Ambos se disseram favoráveis ao fim do voto secreto em todas as decisões do Legislativo, como previsto na PEC

349/01, do deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), aprovada, em primeiro turno, na Câmara, e criticaram a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que restringe a adoção do voto aberto em decisões do Legislativo a processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar.



“Falamos no risco de pressões do Executivo, mas em Casa democrática quem faz pressão é a população”, diz Paim

### Paim: decisão da Câmara favorece a transparência

Ao discordar da decisão tomada na semana passada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que restringe a adoção do voto aberto a processos disciplinares que envolvam a perda de mandato parlamentar, Paulo Paim afirmou ser favorável à adoção do voto aberto em todas as decisões do Legislativo, conforme determina a proposta de emenda à Constituição (PEC 349/01) aprovada também na última semana pela Câmara dos Deputados em primeiro turno.

– As pessoas falam no risco de pressões por parte do Executivo no caso dos vetos, mas quem faz pressão em Casa democrática é a população. Eu voto com a minha consciência, em todos os casos. Tomo essa posição em nome da transparência. Quando você é eleito, tem que prestar contas dos compromissos que assumiu – disse ele.

#### Pessoas com deficiência

Paim ainda tratou da importância de se adotar no país uma política mais eficaz para o atendimento às pessoas com deficiência. Para ele, seria interessante que a equoterapia – método terapêutico que utiliza o cavalo – fosse oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele comemorou a instalação, recentemente, em uma via próxima ao Senado Federal, de um semáforo sonoro, o que, a seu ver, é simbólico, dada a localização do aparelho.

O senador aproveitou a ocasião para ler o Manifesto do Setor Avícola Brasileiro, em que os empresários protestam contra o protecionismo comercial da União Européia, que seria, de acordo com eles, uma barreira ao desenvolvimento. O documento, assinado por cerca de 30 entidades, informa que o consumidor europeu acaba pagando o dobro por uma carne fortemente subsidiada.



Almeida Lima sustenta que o voto aberto para atos gerais “é uma prestação de contas do parlamentar com seus eleitores”

### Almeida Lima condena proposta aprovada na CCJ

Almeida Lima disse que defende o voto aberto em todas as instâncias do Legislativo e que é favorável à PEC 349/01, aprovada pela Câmara dos Deputados, que extingue o voto secreto em todas as votações no Congresso. Após sua aprovação em segundo turno, a PEC da Câmara virá para o Senado, que então poderá acatar os itens sobre os quais há consenso e derrubar os outros, encaminhando a matéria diretamente à promulgação.

Por outro lado, o senador condenou o substitutivo de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à PEC 38/04, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), acolhido na CCJ do Senado, e que determina o voto aberto somente para processos disciplinares envolvendo a cassação de parlamentares, mas mantém o voto secreto para apreciação de vetos presidenciais, para a eleição da Mesa diretora e para matérias cuja análise é atribuição exclusiva do Senado, como a aprovação dos nomes de ministros do Tribunal de Contas da União, presidentes do Banco Central, procurador-geral da República e outras autoridades.

Almeida Lima sustentou que o voto aberto para atos gerais “é uma prestação de contas do parlamentar com seus eleitores”.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) contestou a posição de Almeida Lima, salientando que a Constituição prevê os casos em que o voto é secreto para proteger a própria democracia.

– Já pensou se, na votação de algum ministro ou autoridade indicada pelo governo, um senador manifestasse seu voto contrário de maneira aberta?

Roberto Saturnino (PT-RJ), também em aparte, manifestou dúvida em relação à supressão do voto secreto em todas as votações.

Proposta já aprovada pela Câmara permite que, a exemplo da União, estados e municípios adotem regime simplificado de tributação de micro e pequenas empresas



### Novos contribuintes

O setor de serviços será beneficiado pela redução da burocracia e dos impostos. Poderão aderir ao Supersimples empresas das áreas de construção civil, contadores, academias de ginástica, corretores de imóveis e produtores de cinema e teatro. As mudanças não incluem os profissionais liberais que prestam serviços de natureza intelectual e criam empresas para redução da carga tributária, como advogados, jornalistas e publicitários.

Pelo projeto, as empresas de serviços pagarão alíquotas maiores, em relação às firmas de comércio. Os comerciantes pagarão alíquotas básicas de **4% a 11,61%** do faturamento, enquanto as das empresas de serviços ficarão entre **4,5% e 17,4%**.

## Projeto que cria o Supersimples deve ser votado após as eleições

O projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovado pela Câmara dos Deputados no início do mês, já chegou ao Senado e poderá ser votado em outubro, após as eleições. Acordo de líderes partidários concedeu urgência à proposta, o que a coloca como primeira matéria a ser apreciada assim que os senadores votarem as 17 medidas provisórias (MPs) que constarão da pauta.

As MPs, também votadas pelos deputados no começo do mês, chegarão nos próximos dias ao Senado e, por terem sido publicadas há mais de 45 dias, passam a obstruir a pauta de

votações.

Conhecido como “Lei do Supersimples”, o projeto das micro e pequenas empresas (PLC 100/06) permite que estados e municípios sigam o exemplo da União e adotem regimes simplificados de tributação para essas empresas. Hoje, o Simples federal unifica em uma única guia seis impostos. A proposição permitirá que impostos cobrados por estado (ICMS) e por município (ISS) entrem nessa guia única.

O Supersimples valerá para empresas com renda bruta anual de até R\$ 2,4 milhões. Nos estados com participação na renda nacional inferior a 5%, a

inclusão do ICMS e do ISS no novo sistema terá valor menor – R\$ 1,8 milhão para as pequenas empresas. Se a participação na renda nacional ficar abaixo de 1%, o limite para os benefícios do Supersimples será de R\$ 1,2 milhão de faturamento anual. As microempresas continuarão com o teto anual de R\$ 240 mil.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) calcula que, com a medida, haverá redução de até 40% no pagamento de impostos para novas empresas. Já as firmas que pagam tributo pelo Simples contarão com uma queda entre 15% e 20%.

## Raupp quer maior apoio da União ao desenvolvimento tecnológico

Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei para autorizar a União e suas entidades a participarem do capital de empresa privada que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos com a finalidade, também, de comercialização de produto ou processo inovadores e não apenas obtenção de tais produtos ou processos.

A proposta (PLS 250/06) altera a Lei de Inovação (10.973), que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial.

Ao justificar a proposta, Valdir Raupp destaca que o texto da atual norma restringe o propósito da lei, que é levar os conhecimentos gerados por meio de pesquisa

científica ou tecnológica até a sua aplicação efetiva, no processo de produção e comercialização. Assim, ele considera fundamental a explicitação, na lei, da autorização para a produção e comercialização de produtos ou processos inovadores.

– A Lei de Inovação foi responsável pelo grande avanço do marco institucional do país em direção à transformação do conhecimento gerado pelas instituições públicas da área de ciência e tecnologia em efetiva inovação tecnológica, a serviço da economia e sociedade. Contudo, a redação do artigo 5º da lei não permite que todo o seu potencial venha a ser realizado – observa o parlamentar.

O projeto prevê ainda que a União e suas entidades podem integralizar seu aporte de capital à empresa privada por meio de



**Iniciativa de Valdir Raupp estimula a comercialização de produtos**

direitos de uso ou exploração de criação ou inovação, permissão e compartilhamento de serviços, acordos de parceria para a realização de atividades conjuntas e a subvenção econômica.

A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá emendas até hoje. Depois de votado nesse colegiado, será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e terá decisão terminativa na Comissão de Educação (CE).

## Nota fiscal poderá especificar impostos incluídos na venda

Está pronto para votação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) projeto de lei que visa ao esclarecimento do brasileiro sobre os impostos que ele paga na compra de mercadorias e serviços. Tendo como primeiro signatário o presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto exige que conste da nota fiscal a informação do valor aproximado correspondente à totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais embutidos no preço total da venda.

O texto (PLS 174/06) é resultado da campanha nacional denominada De Olho no Imposto, que mobilizou entidades representantes de empreendedores, profissionais liberais e trabalhadores, capitaneada pela Associação Comercial de São Paulo, para dar mais transparência aos impostos pagos no Brasil. O movimento colheu 1.564 assinaturas de apoio à proposta, entregues ao presidente do Senado em grande solenidade realizada no início deste ano no Salão Negro do Congresso.

Na CMA, o projeto foi relatado por Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), para quem o cidadão brasileiro não tem a percepção do montante dos tributos que paga, porque, além dos impostos diretos, enfrenta grande quantidade

de tributos indiretos.

Além de exigir que a nota fiscal informe a totalidade, mesmo que aproximada, dos impostos pagos, a proposta estabelece que a apuração do valor dos tributos incidentes deverá ser feita em relação a cada mercadoria ou serviço, separadamente, inclusive nas hipóteses de regimes jurídicos tributários diferenciados dos respectivos fabricantes, varejistas e prestadores de serviços.

O projeto determina que essa informação sobre o valor dos tributos poderá ser afixada em painel, colocado em local visível do estabelecimento, ou por qualquer outro meio eletrônico ou impresso, de forma a exibir o valor ou o percentual, mesmo que aproximado, dos tributos incidentes sobre todas as mercadorias ou serviços postos à venda.

Em defesa da proposição, Renan argumenta que tornar transparentes os valores pagos ao Estado brasileiro, permitindo ao contribuinte compará-los com o que recebe em contrapartida, é dar ao consumidor o melhor instrumento possível de avaliação do comportamento do poder público diante dos cidadãos. O senador afirma que o propósito básico da medida é converter o contribuinte em cidadão capaz de exigir a correta aplicação de seus recursos.

## Siga Brasil permite acompanhar diariamente os gastos do governo

Desde o fim de agosto, o Siga Brasil, sistema eletrônico de pesquisas ao Orçamento Geral da União, oferece dados detalhados e atualizados, diariamente, sobre a execução das despesas governamentais.

Além disso, o grau de detalhamento foi tão apurado que atingiu patamar correspondente no Orçamento ao subelemento de despesa. Essa alteração permitirá identificar, por exemplo, quanto um órgão do governo federal comprou de papéis ou o que gastou com servidores em diárias de viagens e passagens.

Por meio do acompanhamento diário, os parlamentares e a sociedade podem verificar, no dia em questão da pesquisa, se determinada execução de dotação orçamentária, acertada por acordo político, foi realizada. Antes era necessário esperar até a segunda-feira da semana seguinte para conferir o cumprimento ou não do acordo.

Segundo o consultor-geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle, Fábio Gondim Pereira da Costa, antes da criação do Siga Brasil, há seis anos, o Congresso Nacional era totalmente desestruturado no trato gerencial das informações orçamentárias.

Mesmo o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – o conhecido Siafi –, não permite obter diretamente informações para uso gerencial, tais como as relativas ao superávit ou déficit das contas governamentais de um momento específico, conforme explicou.

– A informação sobre a elaboração do Orçamento nunca esteve disponível em base de dados para ninguém [até a criação do Siga Brasil], nem internamente no Congresso Nacional e nem para os consultores do Orçamento – lembrou Fábio Gondim, ressaltando a importância do programa.



Roosevelt Pinheiro

Compensação cambial deve ser feita aqui mesmo no Brasil, sugere Renan Calheiros



Roosevelt Pinheiro

Hoje, exportadores transferem prejuízos para a sociedade, diz Fernando Bezerra

## Comissão de Justiça analisa projeto que simplifica mercado de câmbio

Aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) para simplificar o mercado de câmbio brasileiro e a movimentação de capital estrangeiro no país. A matéria tramita em conjunto com proposição do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que disciplina a participação de capital estrangeiro em instituições financeiras nacionais.

O projeto de Renan e Fernando Bezerra (PLS 32/06) acaba com a chamada “cobertura cambial”, ou seja, a necessidade de, nas operações de exportação, o empresário comprar moeda estrangeira para saldar dívida contraída no exterior. E permite que a compensação cambial seja feita aqui mesmo no Brasil. Na justificativa da proposta, os dois senadores dizem que muitos exportadores costumam ter compromissos a pagar em moeda de outro país, mas, pelas normas atuais, ficam obrigados a converter em reais suas receitas em moeda estrangeira e, poste-

riormente, reconverter esses reais em moeda estrangeira para quitar seus débitos externos.

Os autores do projeto estimam que, em situação desse tipo, em que poderia ser feita uma simples compensação de créditos e débitos, o exportador chega a perder até 4% de suas receitas cambiais. Eles alegam que tais prejuízos são transferidos para toda a sociedade, uma vez que esses custos se expressam em taxa de câmbio superior à que se obteria caso essas despesas não existissem. De acordo com os senadores, como resultado das medidas que estão sendo propostas, as importações seriam mais baratas, permitindo custos menores na importação de bens de capital destinados a investimentos, de insumos para a produção ou mesmo de bens de consumo para a sociedade.

Para que o avanço nessas mudanças legais não corra riscos, a proposição prevê que, em situações excepcionais, em que haja grave risco de crise cambial, o Banco Central poderá ser autorizado a reinstaurar temporariamente o monopólio do câmbio.

## Proposta regulamenta jornada de trabalho de nutricionistas

A jornada de trabalho do nutricionista não poderá ultrapassar 30 horas semanais – ou 120 mensais – e o profissional terá que receber adicional de insalubridade de 40% sobre o salário mínimo da categoria. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado 249/06, do senador Paulo Paim (PT-RS).

A proposta modifica a lei que regulamenta a profissão de nutricionista (8.234/91). Além de fixar a jornada de trabalho e o adicional de insalubridade, estabelece que empresas das áreas industrial, hospitalar, comercial, bancária e educacional que fornecem refeições diretamente ou por meio de concessionárias devem ter em seu quadro de funcionários nú-

mero específico de nutricionistas, conforme o número de refeições produzidas. Essa quantidade varia de um profissional a cada 200 refeições até três por unidade produtiva de 501 a 2 mil refeições por dia.

O projeto determina ainda que haja um nutricionista em hospital geral a cada 15 leitos; um em hospital especializado para 30 leitos; e um para 15 leitos em unidades de tratamento intensivo. As unidades escolares e pré-escolares também devem ter número mínimo de profissionais de nutrição: um por unidade com até 40 crianças, dois por unidade de 41 a 80 crianças e três por unidade com mais de 80 crianças.

Projeto de lei do senador Antônio Carlos Valadares inclui a captação de sufrágio no rol dos crimes que impedem a candidatura para todos os cargos eletivos

# Compra de voto poderá levar à inelegibilidade por quatro anos

Proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) prevê a inclusão da compra de voto no rol dos crimes que impedem a candidatura para todos os cargos pelo prazo de quatro anos. Aguardando designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto (PLS 141/06) confere ao delito – formalmente definido como “captação de sufrágio” – o mesmo tratamento dado ao abuso de poder político ou econômico na Lei das Inelegibilidades (LCP 64/90).

Na justificativa da proposta, Valadares argumenta que a compra de voto é o “embrião” do abuso de poder econômico e político. Ele destaca, como inovação importante, artigo acrescentado ao Código Eleitoral (Lei 4.737/65) para conceituar e punir esse delito com a cassação do registro ou diploma do candidato, mas ressalta que o candidato permanece apto a se candidatar em eleições seguintes.

O artigo 41-A do projeto de Valadares determina a cassação do registro ou diploma do candidato que doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, para obter voto a seu favor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza. O texto cita como um dos atos irregulares a promessa de emprego ou função pública.



Roosevelt Pinheiro

Valadares: compra de voto é o “embrião” do abuso de poder econômico e político

O ato de compra de sufrágio fica caracterizado desde o registro da candidatura até o dia da eleição, sujeitando ainda o autor a pagar multa que pode chegar a 50 mil Ufirs (Unidade Fiscal de Referência).

No projeto, o senador também pretende ver estabelecido o princípio de que se tornam inelegíveis os condenados nas condições previstas no artigo, mesmo quando os candidatos decidam recorrer contra a decisão em instâncias superiores da Justiça. “O projeto em apreço diz apenas que serão inelegíveis os condenados na forma do artigo 41-A, em nada devendo se aguardar julgamentos definitivos com trânsito em julgado”, salientou.

Valadares lembra que a questão vinha despertando controvérsias, porém o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE) já firmou entendimento jurisprudencial de que a cassação do registro ou do diploma não cria inelegibilidade.

O projeto de Valadares vem se somar a amplo conjunto de proposições em tramitação ou já aprovadas no Senado com o objetivo de tornar mais rigorosa a legislação eleitoral. Proposta coletiva (PLS 390/05-Complementar) encabeçada pelo presidente da Casa, senador Renan Calheiros, defende alteração na Lei das Inelegibilidades de forma a tornar inelegíveis para qualquer cargo os que tiverem contra si representação julgada pela Justiça Eleitoral. Depois de chegar ao Plenário, a matéria voltou à Comissão de Justiça, em razão de requerimento para tramitar em conjunto com projeto de teor semelhante (PLS 231/05-Complementar).

### Lei do Bispo

Conhecida como Lei do Bispo, a Lei 9.840/99, que acrescentou o dispositivo ao Código Eleitoral, nasceu por meio de projeto de lei de iniciativa popular liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e sindicatos de trabalhadores. Essa lei, segundo Valadares, é “fruto do anseio da sociedade por eleições limpas e decisões judiciais efetivas”.

## Maciel propõe que Senado possa revogar escolha de autoridades

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou proposta de emenda constitucional para dar, ao Senado, a faculdade de revogar a escolha de autoridades que a própria instituição aprovou. A medida precisa ser aprovada por voto secreto. A revogação pode também ser de iniciativa do presidente da República. Não estão abrangidas pela proposta os cargos de ministros dos tribunais superiores e de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, bem como procurador-geral da República e governadores de território federal.

Pela PEC 4/06, o afastamento pode ocorrer a qualquer tempo em

resposta oportuna a fatos políticos ou ações deletérias provocadas ou relacionadas negativamente com determinada autoridade, que ocupa função de alto poder e, por isso, precisa ser fiscalizada pelo Senado Federal, órgão que tem, dentro de suas atribuições, a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

É o caso, por exemplo, dos dirigentes de agência reguladora – órgão de Estado e não de governo –, modelo de gestão moderno que não pode ficar preso a mandatos de tempo determinado, caso sejam constatados desvios no curso do mandato aprovado pelo Senado Federal.



Célio Azevedo

Iniciativa de Maciel fixa afastamento de dirigentes de agências reguladoras

Na justificativa, Maciel argumenta que a autoridade, escolhida e aprovada pelo Senado, precisa ser um servidor público diligente, responsável e operante e não detentor de mandato autônomo e independente, com poderes amplamente discricionários, durante o período de seu mandato.

Reunião marcada para outubro, em Montevidéu, definirá esboço do regimento interno do Legislativo do bloco comercial

## Comissão debate Parlamento do Mercosul

A agenda de instalação do Parlamento do Mercosul, cuja criação já foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro, é tema de uma reunião da Mesa diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), prevista para a primeira semana de outubro, em Montevidéu. Deverão estar em pauta itens como a localização do novo órgão, que terá como sede a capital uruguaia, e o rascunho do regimento interno a ser adotado.

Por meio dessa reunião, pretende-se preparar o terreno para que a sessão inaugural do novo parlamento ocorra no dia 5 de novembro, quando se conclui, em Montevidéu, a XVI Cúpula Ibero-Americana. Ali estarão reunidos 20 chefes de Estado e de governo de todos os países latino-americanos, além de Por-



tugal e Espanha.

A criação do Parlamento do Mercosul também já foi referendada pelo Parlamento do Paraguai. Ainda falta uma decisão final dos Congressos da Argentina e do Uruguai. O Protocolo Constitutivo do órgão legislativo do bloco recebeu o sinal verde do

Senado argentino e agora aguarda a decisão da Câmara daquele país – o que poderá ocorrer até o fim do mês. No caso do Uruguai, parlamentares brasileiros foram informalmente comunicados de que a decisão deve ocorrer em meados de outubro.

Ao sugerir em julho que a

realização da sessão inaugural coincida com a conclusão da Cúpula Ibero-Americana, a comissão, reunida na cidade argentina de Córdoba, procurou garantir um novo impulso político ao bloco econômico. Isso porque diversos chefes de Estado e de governo poderiam acompanhar o início dos trabalhos do novo parlamento.

Ainda que a sessão inaugural venha a ser realizada na data prevista, ela ocorrerá em um momento de ajuste no Mercosul. Por um lado, o bloco se estendeu ao norte, com a adesão da Venezuela. De outro, enfrenta as críticas dos governos dos dois sócios menores, Uruguai e Paraguai, que anunciaram a intenção de buscar a celebração de acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

## Efraim defende novas regras para propaganda oficial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, em uma de suas próximas reuniões, proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Efraim Morais (PFL-PB) que disciplina a publicidade nos órgãos e entidades da administração pública. De acordo com a iniciativa, essa publicidade se limitará à divulgação de atos oficiais, avisos e campanhas de utilidade pública – como as de saúde, alistamento militar e recadastramento eleitoral – e à promoção de produtos e serviços ofertados por empresas públicas e sociedades de economia mista.

O parágrafo 1º do artigo 37 da Constituição, que Efraim quer alterar, determina que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social. A proposta (PEC 38/05) mantém parte do dispositivo que veda a divulgação de nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores.

Segundo Efraim, a norma constitucional parece ter sido insuficiente para deter o uso indevido da publicidade oficial. Ele lembra que, ainda que não se faça a promoção pessoal explícita, é inegável o uso da propaganda para enaltecer as virtudes de determinados governos, o que se reflete, ainda que indiretamente, em seus titulares. Como exemplo, cita as marcas, logotipos e mesmo *slogans* criados por diversas administrações que, ao longo do tempo, acabam associados ao governante ou ao partido a que ele pertence.

O senador destaca que, a cada ano, aumenta o volume financeiro aplicado em propaganda para divulgar as ações de diversas administrações, supostamente em favor da sociedade. “Por certo, maior benefício social seria auferido se tais somas fossem diretamente aplicadas em serviços públicos essenciais como justiça, segurança, saúde e educação”, afirma o senador. Segundo Efraim, os escândalos recentes demonstram “que os contratos de publicidade são instrumentos utilizados para transferir benesses indevidas aos protegidos dos poderosos de plantão, para acobertar as transações – as mais escusas – entre agentes públicos e privados, drenando recursos públicos escassos que poderiam ter uso mais nobre”.

## Jornalista quer regulamentar acesso às informações públicas

Ao participar do 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, o jornalista da *Folha de S. Paulo* Fernando Rodrigues destacou que, apesar de o direito de acesso à informação ser garantido pelo artigo 5º da Constituição, o assunto é tratado de forma refratária pelos dirigentes brasileiros há muito tempo. O congresso começou ontem, na Câmara dos Deputados.

– Os governos, crise após crise, não aprendem como aprimorar o ambiente democrático e dar transparência às suas ações. E para começar a mudança, é preciso regulamentar o acesso às informações públicas, especialmente em relação aos gastos públicos, que hoje são tratadas como segredo de Estado – disse Rodrigues, que debateu “Jornalismo e poder – As lições da crise”.

O jornalista lembrou que inexistente uma lei que regulamente o direito de acesso a informações públicas no Brasil. E sem essa regulamentação, observou, vigora a cultura do segredo. Enquanto isso, 54 países já a possuem, entre eles o México, a Colômbia e os Estados Unidos, desde 1960. O Brasil, na contramão, vem discutindo as restrições a esse acesso, como o decreto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em 2002, protegeu os documentos ultra-secretos, e a medida pro-

visória editada pelo presidente Lula que revogou o decreto, mas mudou pouca coisa, na opinião de Rodrigues.

– Falta a cultura de transparência total na sociedade brasileira, que deveria ter evoluído com a crise, mas mudou quase nada – argumentou.

A posição de “radicalização” de transparência total também foi destacada pelo editor de política do *Correio Braziliense*, Oswaldo Buarim Jr. ao defender que o profissional da mídia deve pautar-se sempre pelo interesse público. Ele ressaltou ainda a necessidade de parceria entre os repórteres e os assessores de imprensa, que nunca devem se portar como “biombos” para proteger a instituição nem atuarem como um “braço da propaganda” institucional.

Outro jornalista a participar do painel foi Romário Schettino, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Ele citou conclusões que podem ser tiradas da crise, como a necessidade de mais repórteres investigativos, o esgotamento do modelo de democracia brasileiro, a necessidade de reforma política e de fortalecimento das mídias estatais em nível federal, estadual e municipal. Para o dirigente sindical, “a liberdade de expressão não deve ser garantida só a quem tem poder econômico”.



Profissionais em evento que debate, até amanhã, a comunicação no serviço público

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, em sua apresentação, listou os erros e acertos cometidos, em sua opinião, pela mídia brasileira – rádios, TVs e veículos impressos – desde a redemocratização. Ele argumentou que os maiores erros cometidos pela mídia partem de “adesismos” e “visão acrítica”. Exemplo citado é a cumplicidade com alguns eventos que, no seu entender, são verdadeiros crimes de lesa-pátria, como a privatização das empresas de telefonia, no governo Fernando Henrique Cardoso, e os dados divulgados sobre a Previdência que, segundo ele, são mistificados e levam a equívocos, como o apoio à aprovação de reduções da aposentadoria.

### Programação

O 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, que ocorre até amanhã no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, teve algumas alterações na programação. Foi cancelada a palestra sobre segurança pública, prevista para a tarde de ontem, com o tema “Comunicação do governo do estado na crise de segurança de São Paulo”. Em substituição, será realizada hoje, de 13h às 14h, a apresentação sobre o setor de Comunicação da Polícia Militar de Minas Gerais. Amanhã, a conferência “O que o turismo pode fazer pelo Brasil e o que a comunicação pode fazer pelo turismo” foi transferida para as 14h, encerrando o evento.